

I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO URBANÍSTICO, CIDADE E ALTERIDADE II

ROSÂNGELA LUNARDELLI CAVALLAZZI

VALMIR CÉSAR POZZETTI

DIOGO OLIVEIRA MUNIZ CALDAS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigner Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito urbanístico, cidade e alteridade II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Rosângela Lunardelli Cavallazzi

Diogo Oliveira Muniz Caldas

Valmir César Pozzetti – Florianópolis: CONPEDI, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-082-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Constituição, cidades e crise

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. I Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2020 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO URBANÍSTICO, CIDADE E ALTERIDADE II

Apresentação

O Encontro Virtual do CONPEDI apresentou como temática central “Constituição, Cidades e Crise”. Essa temática estimulou a apresentação dos trabalhos, que primaram pela ótima qualidade acadêmica e calorosos debates ao final do evento, que versou, entre outros aspectos, sobre a ideia de democracia, direito à cidade, acesso a moradia, intervenções urbanísticas e, na intersecção de perspectivas que se destacam pelo desenvolvimento.

Em especial, a questão dos direitos sociais e fundamentais mereceu destaque no Grupo de Trabalho “DIREITO URBANÍSTICO, CIDADE E ALTERIDADE II”, na medida em que são questões, sem qualquer dúvida, que tangem o princípio da dignidade da pessoa humana, plena cidadania e participação no espaço urbano.

Cabe, em especial destaque, que o GT “DIREITO URBANÍSTICO, CIDADE E ALTERIDADE II” promoveu sua contribuição, com exposições orais e debates que se caracterizaram tanto pela atualidade quanto pela abordagem coletiva e interdisciplinar.

Eis uma breve síntese dos trabalhos apresentados:

O DIREITO URBANÍSTICO E O PAPEL DA ATIVIDADE EMPRESARIAL NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE, de autoria de Eduardo Felipe Veronese abordou acerca da função social da empresa, que atribui, além do aspecto econômico, atuar em defesa dos interesses da coletividade, para que a sua própria atividade empresarial seja sustentável. O autor procurou demonstrar que a atividade empresarial possui não apenas condição, mas também o dever de colaborar com a promoção dos direitos fundamentais no âmbito da cidade.

Fausto Amador Alves Neto, Samir Alves Daura e João Hagenbeck Parizzi apresentaram o artigo intitulado: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO COMO FORMAS DE CONSTRUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS que analisou de que modo se interligam a educação ambiental e para o trânsito como forma de construção da cidade sustentável.

O artigo intitulado GOVERNANÇA TERRITORIAL E DIREITO À CIDADE NO RIO TUCUNDUBA, EM BELÉM/PA, de Carla Maria Peixoto Pereira e Mozart Victor Silveira, apresenta reflexões sobre a importância da participação da sociedade civil na governança de territórios, para que se promova o direito à cidade localmente.

NOVOS MODELOS DE NEGÓCIO, NOVO MODELO DE CIDADE: RELAÇÕES ENTRE FRAGMENTAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO URBANAS E NOVAS CATEGORIAS DE TRABALHO da autoria de Mateus Cavalcante de França buscou responder: como novos modelos de negócio relacionam-se a novas configurações urbanas? Para isso, realizou amostra de startups e escritórios de coworking na Região Metropolitana de Porto Alegre, observando como foi desenvolvida sua distribuição.

O PLANEJAMENTO URBANO E A POSSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, artigo cujos autores, Fausto Amador Alves Neto, Airton Batista Costa Neto Nepomuceno e Samir Alves Daura, trouxe investigação acerca da possibilidade de regularização fundiária em áreas de preservação permanente, com desdobramentos sobre possível posição conflitante entre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito à moradia.

O artigo intitulado O ESTADO DEMOCRÁTICO E O DIREITO À MORADIA: UMA REFLEXÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, de Tasmânia Da Silva Oliveira Mantiole expõe a falta de efetivação do acesso à moradia no Brasil. Tal inexecução, segundo a autora, pode ser constatada através da proliferação do aumento crescente de moradores de rua, construções irregulares, crescimento do número de favelas e ausência de políticas públicas que visem garantir moradia.

O RISCO NO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: TERRITÓRIO E DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DE ESPAÇO NOS BAIROS RESTINGA E RUBEM BERTA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE de autoria de Victória Hoff da Cunha e Ana Paula Motta demonstrou estudo acerca do contexto territorial de adolescentes entre 12 a 21 anos que sofreram homicídio nos anos de 2015 a 2018 na cidade de Porto Alegre, onde a pesquisa questiona se o cumprimento de medidas socioeducativas em meio regime aberto está associado ao risco de sofrer homicídio.

Jordana Aparecida Teza, Ana Flávia Costa Eccard e Cláudia Franco Corrêa apresentaram o artigo O TERMO TERRITORIAL COLETIVO COMO PROPOSTA DE INCLUSÃO SUSTENTÁVEL: O ESTUDO DO CASO DA COMUNIDADE DOS TRAPICHEIROS que analisa o Termo Territorial Coletivo como proposta de inclusão social sustentável e a

preocupação ambiental na sociedade contemporânea, através de possibilidades de inclusão dos grupos menos favorecidos. Analisa a questão fundiária brasileira, especificamente da cidade do Rio de Janeiro com inúmeras intervenções estatais e processos de gentrificação.

Na sequência Cleidiane Mara de Souza Braga e Carlos Eduardo Artiaga Paula em seu artigo INSTRUMENTOS LEGAIS DE ACESSO À MORADIA E À PROPRIEDADE EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE analisaram as medidas legais de acesso à moradia e à propriedade no âmbito dos municípios de pequeno porte; e concluíram que, dentre os instrumentos de regularização fundiária previstos na legislação pátria, destaca-se a usucapião e a também a Lei nº 13.465/2017 que legitimou a Regularização Fundiária Urbana.

No artigo A PROTEÇÃO JURÍDICA DO GRAFITE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO, Clarice Fernandes Santos investigou, a partir de jurisprudências envolvendo o grafite, de que a forma com que o judiciário brasileiro vem enfrentando esse fenômeno que envolve arte, cultura, cidades e direito.

Os autores Camila Rabelo de Matos Silva Arruda e Diogo Oliveira Muniz Caldas apresentam o trabalho versando sobre a urbanização e a densidade populacional com recorte nos grandes centros urbanos na perspectiva da função social da cidade e seu reflexo no campo da moradia.

No texto A URBANIZAÇÃO E A MÁ DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL: O PROBLEMA DOS GRANDES CENTROS URBANOS os casos referência abordados a partir da obra A Questão Urbana de Manuel Castells, Manuel abrangem estudos sobre o Plano Abercrombie e a Realidade Urbana Inglês; Barcelona na Espanha; a Reforma do Espaço Urbano Norte-Americano; a Renovação do Espaço Urbano de Paris com as obras de Georges-Eugène Haussman; o caso Canadense com a Crise Habitacional em Quebec e Montreal e o Movimento Habitacional e a Luta Política no Chile. O estudo analisa planos aplicados em vários países para atender os problemas habitacionais e garantir o mínimo existencial segundo específicos critérios, tais como as mudanças no espaço urbano ao longo do tempo e as intervenções do Estado no planejamento urbano dos grandes centros.

AS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS E A EVOLUÇÃO DO SISTEMA HABITACIONAL NO RIO DE JANEIRO constitui o título do trabalho apresentado por Camila Rabelo de Matos Silva Arruda, Diogo Oliveira Muniz Caldas com o recorte espacial da cidade do Rio de Janeiro sediando os grandes eventos mundiais a partir de 2007. A análise percorre na linha do tempo políticas públicas no sistema urbanístico com ênfase nos processos de remoções acompanhados de condições propícias para gentrificação de novos espaços urbanos. Importante estudo é dedicado a formação das favelas no território brasileiro

com destaque para o Morro da Providência e o Projeto Rio no complexo Maré na cidade do Rio de Janeiro. A investigação alcança a política urbana estabelecida na Constituição de 1988 e o microssistema do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 de 2001.

Por sua vez Isabel Novembre Sangali e Ednilson Donisete Machado discorreram, no artigo intitulado *A INOBSERVÂNCIA DO DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A CRISE DA MORADIA NO BRASIL*, discorreram acerca das influências e danos gerados ao direito de moradia pelo descumprimento ao direito fundamental à boa administração pública. Onde constataram a relevância constitucional atribuída ao direito à moradia e a indiscutível influência do Poder Público sobre este direito.

Finalizando, Marcelo Coelho de Souza e Maria Claudia da Silva Antunes, por meio do artigo intitulado *A INSERÇÃO DOS COMPLEXOS PRISIONAIS NO BRASIL NA PERSPECTIVA DAS CIDADES SUSTENTÁVEIS* demonstram que a desarmonia entre as políticas públicas e penitenciária, precisam se reinventar para que os complexos prisionais brasileiros, com a terceira maior massa carcerária, sejam inseridos nos espaços urbanos contribuindo de forma significativa com as cidades sustentáveis.

Por fim, os Coordenadores do Grupo de Trabalho Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade II parabenizaram e agradeceram aos autores dos trabalhos que compõem esta obra pela valiosa contribuição científica de cada um, o que por certo será uma leitura útil à comunidade científica. Reiteramos a satisfação em participar da apresentação desta obra e do CONPEDI, que se constitui, atualmente, o mais importante fórum de discussão e socialização da pesquisa do Direito.

Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi – UFRJ / PUC

Professor Dr. Valmir César Pozzetti – UEA

Professor Dr. Diogo Oliveira Muniz Caldas – UVA / UNICARIONA

Nota técnica: Os artigos do Grupo de Trabalho Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade II apresentados no I Encontro Virtual do CONPEDI e que não constam nestes Anais, foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals (<https://www.indexlaw.org/>), conforme previsto no item 8.1 do edital do Evento, e podem ser encontrados na Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

A URBANIZAÇÃO E A MÁ DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL: O PROBLEMA DOS GRANDES CENTROS URBANOS

URBANIZATION AND POOR POPULATION DISTRIBUTION: THE PROBLEM OF LARGE URBAN CENTERS

**Camila Rabelo de Matos Silva Arruda
Diogo Oliveira Muniz Caldas**

Resumo

A presente pesquisa busca apresentar os problemas da má distribuição populacional nos grandes centros urbanos. Os aglomerados urbanos são uma realidade em vários países do mundo. O artigo apresenta casos de países que sofreram com essa má distribuição populacional e que buscaram a aplicação de planos e programas para resolver os problemas urbanos causado pelo crescimento irregular e a sobrecarga de áreas centrais das cidades.

Palavras-chave: Urbanização, Aglomerados urbanos, Crescimento desordenado

Abstract/Resumen/Résumé

This research seeks to present the problems of poor population distribution in large urban centers. Urban agglomerations are a reality in several countries around the world. The article presents cases of countries that suffered from this poor population distribution and that sought to implement plans and programs to solve urban problems caused by irregular growth and the overload of central areas of cities.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Urbanization, Urban agglomerations, Disordered growth

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata como problemática central comprovar a execução plena do que é função social da cidade e seu reflexo no campo da moradia. O processo de urbanização e grandes centros urbanos deu-se de forma heterogênea em vários países. A êxodo rural e a busca por melhores condições de vida são fatores que aumentam a busca nos grandes centros urbanos.

Os centros urbanos apresentam várias oportunidades, no entanto, a procura desses lugares gera uma má distribuição demográfica com a criação de polos e aglomerados urbanos que não possuem adequada infra estrutura para o crescimento populacional desordenado.

Vários problemas são causados por essa ocupação irregular, dentre eles na infraestrutura urbana, transporte, saneamento básico, desemprego, violência urbana. A presente pesquisa busca responder a seguinte pergunta: De que forma os problemas da má distribuição populacional impacta na urbanização dos grandes centros urbanos? Para responder à pergunta, foi traçado como objetivo geral analisar planos aplicados em vários países para atender os problemas habitacionais.

A fim de alcançar o objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos: Analisar os motivos do crescimento populacional no mundo; verificar as mudanças no espaço urbano ao longo do tempo; analisar as intervenções do Estado no planejamento urbano dos grandes centros. A metodologia aplicada na presente pesquisa foi a Revisão Bibliográfica em artigos científicos e literatura concernente a matéria.

1. A EVOLUÇÃO POPUPACIONAL E A DISTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA NOS GRANDES CENTROS URBANOS.

A questão do crescimento populacional e uma adequada distribuição do espaço urbano tem sido um dos grandes desafios no momento. Nos últimos séculos, a demanda por ocupação do solo urbano tem sido assunto desafiador. Aliás, cabe salientar que a distribuição equânime e equilibrada do solo urbano no quesito moradia, não é uma especificidade brasileira, visto que, várias cidades no mundo enfrentaram e ainda enfrentam tal demanda.

A expansão populacional, cumulada com a omissão do Poder Público local, acaba gerando, conseqüentemente, uma série de problemas, como por exemplo, a falta de oportunidade pela desigualdade, a superlotação dos serviços públicos e a péssima distribuição do espaço urbano. Essa desordem constatada, diariamente, no tecido social das grandes cidades

implica, principalmente, no problema central do presente estudo: a falta de moradia adequada para grande parte da população.¹

Esse problema de não absorção do constante crescimento populacional é notado, nos principais centros urbanos pelo mundo. Para se ter uma ideia, até 1950, apenas Nova York ultrapassava o patamar das cidades que possuíam mais de dez milhões de habitantes (Moreno, 2002).

Passados cinquenta anos, em 2000, mais de vinte e quatro cidades ultrapassaram essa barreira sendo que, atualmente, cerca de vinte e seis metrópoles possuem número acima desse índice. A população mundial alcançou impressionantes sete bilhões e setecentos milhões de pessoas com uma previsão para que, até 2050, ultrapasse a casa dos nove bilhões de habitantes.(UNITED STATES CENSUS BUREAU, 2020)

Esse fenômeno de crescimento populacional, principalmente dos grandes centros, acaba se caracterizando também pela migração das famílias em busca de oportunidades de emprego e melhoria na qualidade de vida. Ocorre que, ao alocarem-se nas grandes metrópoles, essas pessoas enfrentam um custo de vida cada vez mais alto e acabam não conseguindo moradia adequada perto de seu local de trabalho.

Tal movimento teve um grande impacto, nas cidades de terceiro mundo, a partir da década de 70, com a absorção de grande parte da população em favelas localizadas nas periferias. Essa modificação social é explicada por Erhard Berner (1997), citando o principal motivo que leva as pessoas a morarem nessas áreas: “É a possibilidade de construir aos poucos e depois melhorar a construção, o que leva a uma diluição do custo [em fases]”.

Com o processo de globalização e a mudança na ordem internacional do trabalho, o problema com a moradia piorou consideravelmente, visto que, cada vez mais, o movimento em direção aos grandes centros continua a aumentar desordenadamente. Esse raciocínio é observado não só entre regiões de um mesmo país, mas, também, nos últimos anos, entre países distintos (o que tem ocasionado os problemas de imigrantes ilegais, cada vez mais constante entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos). Uma forma de reconhecer a cruel disparidade, das condições ofertadas, exclusivamente, pelos grandes centros, é observar as luzes emitidas pelas cidades à noite. Quanto mais luzes, mais povoada é aquela região o grau de desenvolvimento das regiões, ao redor do mundo, de acordo com a emissão de energia elétrica). (Santos, 2006)

Ainda tratando da questão habitacional, o cenário que é anunciado para as próximas décadas demonstra forte acentuação desse deslocamento populacional internacional, uma luta

¹ É importante frisar a mudança, paulatinamente, de uma sociedade rural para uma sociedade urbana.

onde os menos favorecidos saem dos seus países de origem, muitas vezes por guerras ou para fugir de condições de miséria, buscando o mínimo suficiente para sobreviver, na maior parte dos casos, em subempregos nos países considerados desenvolvidos.

Toma-se como exemplo o caso de milhares de mexicanos, que ao tentar cruzar a fronteira com os Estados Unidos, tornou-se tema debatido pelas grandes mídias e, em uma situação mais atual, considerável contingente populacional se põe em risco ao tentar sair do continente africano e chegar à Europa, tentando garantir o mínimo existencial ao buscar dignidade para si e sua família. É a nova ordem mundial: aqueles que foram explorados por vários séculos, tendo a riqueza de seus países retirada pelas grandes potências mundiais, agora suplicam por comida e moradia.

No caso do Brasil, o êxodo populacional observado a o longo do século XX resultou na expansão das áreas não regularizadas da cidade (Gonçalves, 2013). A falta de um planejamento urbano estratégico adequado fez com que as grandes metrópoles fossem vistas como centros produtores de riquezas e oportunidades, aos quais as populações mais pobres queriam ser inseridas.

Para ter uma ideia dessa alteração no cenário demográfico brasileiro sobre dados de migração das áreas rurais para áreas urbanas, em 1950, apenas 30% dos brasileiros residiam nos grandes centros. E em 1990, esse índice alcançou os 75%, culminando, em 2000, com uma taxa de 81% das pessoas vivendo nas metrópoles brasileiras. (IBGE, 2010), Dessas pessoas, nem todas conseguem moradia regularizada nas cidades. De acordo com o Instituto Data Favela, especializado em pesquisas relativas às favelas brasileiras, o contingente que mora nessas localidades representa um relevante número da população:

Segundo o Censo 2010 do IBGE, o Brasil tinha cerca de 11,4 milhões de pessoas morando em favelas e cerca de 12,2% delas (ou 1,4 milhão) estavam no Rio de Janeiro. Considerando-se apenas a população desta cidade, cerca de 22,2% dos cariocas, ou praticamente um em cada cinco, eram moradores de favelas. No entanto, ainda em 2010, Belém era a capital brasileira com a maior proporção de pessoas residindo em ocupações desordenadas: 54,5%, ou mais da metade da população. Salvador (33,1%), São Luís (23,0%) Recife (22,9%) e o Rio (22,2%) vinham a seguir. (IBGE, 2019)

Como resposta a omissão do Estado no campo das políticas públicas, o problema habitacional se solidifica com aparecimento dos aglomerados subnormais ou, mais comumente conhecidas como, favelas. Estas, inclusive, tipificadas no artigo 349, do Código de Obras do Distrito Federal, de 1937, como conglomerados anti-higiênicos, de dois ou mais casebres construídos com materiais improvisados e em descordo com os dispositivos da própria norma. (Distrito Federal, 1937, pág 47)

Contudo, tal vicissitude não se apresenta destacada de fatores mundiais. Como dito, vários países passaram e passam por entraves na distribuição do espaço urbano. Neste aspecto, optou-se por analisar tentativas de outros países com seus êxitos e fracassos, além de revelar as grandes e consistentes implicações geradas pela concentração populacional em centros urbanos, permitindo, em um cenário dialogal e comparativo, compreender que as implicações brasileiras no campo urbanístico não estão desassociadas de uma complexidade, de cunho mundial, até porque, as grandes cidades atuais não acolhem apenas os seus nacionais .

Em um mundo onde as fronteiras estão cada vez mais relativizadas, com intenso fluxo migratório, as cidades não apenas devem refletir condições para os seus, mas, sobretudo, tem sido de grande desafio o acolhimento de moradores não nacionais que também desejam, não apenas moradias, como recursos urbanos que viabilizem uma vida digna.

2. UMA NOVA LEITURA DO ESPAÇO URBANO EM GRANDES CENTROS URBANOS DO MUNDO

Na parte inicial do presente trabalho serão feitas abordagens dos problemas urbanos em alguns dos principais centros do mundo para que se tenha uma dimensão da questão que será enfrentada no presente trabalho . Estudar os casos de outras cidades, que são observados em distintas épocas, permite demonstrar que o problema do espaço urbano não é uma exclusividade do Brasil.² Assim como forma de exemplificar serão narradas peculiaridades que aconteceram em cidades da: América do Norte, Europa e na América do Sul.

2.1. O Plano Abercrombie e a Realidade Urbana Inglesa.

A Inglaterra, entre 1946 e 1950, cresceu em ritmo bastante acentuado sendo criadas, só nesse período cerca de quatorze cidades. Só para ter uma noção mais precisa do que será discutido nesse tópico, em 1960 esse país já contava com cerca de seiscentos e cinquenta mil habitantes, levando em conta só esse pequeno plano comunitário.³

² Cabe ressaltar que existem casos positivos como, por exemplo, o de Barcelona na Espanha. Com a realização dos Jogos Olímpicos de 1992 um verdadeiro legado foi deixado: a reorganização do espaço urbano e dos aspectos culturais em sua população. Entre as mudanças, podemos destacar: a integração de 100% da sua malha de transporte urbano, a recuperação da zona portuária e a construção de praças. Além disso, o legado social mais importante se concentrou na mudança de postura da população que era conhecida por ser pouco receptiva. Com o advento dos jogos, a população tornou-se mais hospitaleira, principalmente, por ter no turismo forte fonte de renda.

³ O Plano Abercrombie (1943) estabelece uma nova forma de pensar o planejamento urbano do centro de Londres e regiões periféricas valorizando a criação de cidades ao redor, diminuindo a concentração da área central, para que essas

A criação de novas cidades e a modificação urbana, em um curto espaço de tempo, se deveu muito a crise urbana e social na região de Londres (Capital Inglesa), acarretada pela forte aglomeração populacional que se formou nessa região, consequência da alta quantidade de fábricas e indústrias ali implantadas. É necessário ressaltar que, não era apenas uma região produtora de bens e serviços, mas de forma importante para este estudo, um local atrativo para a moradia dos trabalhadores dessas linhas de produção.

Uma característica facilmente observada pelo sistema de evolução encontrado na região de Londres foi a alteração de uma indústria produtiva, mais pesada e distribuída em partes do território para um processo de industrialização de transformação e ligado de maneira direta ao centro urbano, formando uma super concentração produtiva em pequeno espaço territorial. Com essa concentração dos postos de trabalho e, conseqüentemente, da força de trabalho, algumas questões começaram a surgir, entre elas o aumento da demanda por moradia, serviços públicos (principalmente a melhoria dos transportes públicos visto que se criou um verdadeiro gargalo pela concentração populacional) e equipamentos. (Castells, 2011, pág 394)

Para resolver tal dilema urbano, foi colocado em prática o programa das novas cidades que pretendia desacelerar o processo industrial da Grande Londres estruturando o crescimento e distribuição populacional em quatro círculos que seriam indicados a partir do mesmo centro.

O primeiro círculo era o principal que correspondia a região já urbanizada e que devia sofrer o processo de desaceleração da densidade populacional. O Segundo círculo, chamado de área suburbana, seria responsável por ser uma área de baixa densidade populacional e de diversidade bem apurada. Uma terceira área, caracterizada pelo cinturão verde, seria responsável por incentivar a criação de terrenos agrícolas e uma ocupação populacional bem controlada. A quarta e última área, denominada de externa, tinha como função receber os moradores vindo de Londres. Esses seriam diluídos em oito novas cidades e nas já existentes e que estavam em desenvolvimento, todas localizadas na zona mais afastada do centro. (Castells, 2011, pág 394)

Observa-se que foi feita uma nova demarcação das zonas da cidade. A reorganização dos grandes centros acaba-se pautando na descentralização populacional e pela implantação de zonas que são delimitadas de fora para dentro do tecido urbano, onde cada uma possui determinada tarefa nessa teia de interligação das áreas de uma região (Imagem do Plano Abercrombie, executado em Londres a partir de 1943). (Abercrombie, 1943)

unidades autônomas de residência possam ser autossuficientes e, assim, distribuir uniformemente a população pelo território.

Voltando ao caso Inglês, a intervenção na esfera produtiva foi bastante importante, por meio de três medidas básicas: a proibição da construção de novas fábricas na área da Grande Londres, a regulamentação para o crescimento da indústria já existente nessa região e o incentivo para a criação de novas esteiras produtivas industriais para as zonas localizadas depois dos cinturões verdes (terceira área do plano londrino). Além dessas, outras políticas foram ditadas pela Administração Pública como, por exemplo, a necessidade de autorização especial do governo para a operação em fábricas de grande porte e a instituição de subsídios para a construção e compra de equipamentos para aqueles que investissem nas novas cidades criadas.

Pelo plano de nova leitura da região de Londres, essas novas cidades teriam um importante papel sendo que estariam localizadas a uma distância média de quarenta quilômetros do centro. O sistema de interligação e mobilidade devia ser feito por meio de um grande sistema ferroviário (sendo esse responsável, principalmente, pelo transporte de carga e mercadorias) e ligações com os grandes eixos de rodovias já existentes para um fácil deslocamento da população para as outras regiões. Importante frisar que essas características tinham como objetivo tornar essas áreas autossuficientes por meio da criação de um quadro urbano equilibrado com: empregos, oferta de serviços públicos, diversas opções de lazer, meio ambiente de qualidade, entre outros instrumentos importantes.

Várias foram as consequências desse plano. Em primeiro lugar não houve o efeito esperado em relação à diminuição do crescimento populacional em Londres, mas, de forma oposta, do ritmo de crescimento observado nessa região, entre 1946 e 1966, apenas 19% foram absorvidas pelas novas cidades, ou seja, nem 1/5 do total. (Castells, 2011, pág 402)

Além do devastador resultado, vários problemas antigos retornaram com força máxima como, de forma mais exponencial, a concentração de boa parte das vagas de emprego que ainda permaneceram no centro de Londres.

2.2. A Reforma do Espaço Urbano Norte-Americano.

Em um dos maiores projetos de modificação do espaço urbano já conhecidos em toda a história, o governo dos Estados Unidos empregou, somente entre 1949 e 1968, mais de sete bilhões de dólares em quase dois mil projetos para serem executados em quase mil municípios. (Castells, 2011, pág. 404) Foi, ao lado de programas para a abertura de novas autoestradas e de subsídios para ajudar o desenvolvimento da agricultura, um dos programas mais importantes no que tange aos gastos orçamentários estatais. Serão estudados, a seguir, os três pilares principais do referido plano.

Uma primeira base estrutural desse projeto se tratava do combate às moradias precárias que eram encontradas nos grandes centros norte-americanos. Entre as quatrocentos mil moradias demolidas pelo programa apenas pouco mais de cento e vinte mil foram construídas na mesma região, ainda assim, com apenas quarenta mil em valores acessíveis aos antigos moradores (Castells, 2011, pág. 407). A iniciativa privada, principal parceira na execução do programa, só construía moradias, destinadas as classes menos favorecidas economicamente, quando eram obrigadas pelo governo (mesmo em alguns casos, nem assim obedeciam).

O plano de revitalização sofreu críticas de diversos setores por se preocupar, principalmente, apenas com a reanimação e embelezamento da cidade deixando, em segundo plano, a questão da função social e do uso do espaço urbano.

De acordo com o estabelecido nesse processo de renovação urbana, o governo disporia de verba especial extraordinária e de valores para auxiliar as famílias no montante de até duzentos dólares. Infelizmente, como ocorre na maioria das promessas envolvendo políticas públicas, o combinado não foi devidamente cumprido. As famílias desalojadas receberam valores bem abaixo do teto instituído legalmente. Até 1967, as quase cento e seiscentos mil famílias receberam, em média, noventa e cinco dólares enquanto, cada um, dos cerca de sessenta mil indivíduos contemplados, receberam pouco mais de sessenta e cinco dólares mensais⁴. Ressalta-se que esta foi a única forma de reparação dos danos causados pela remoção (Valor que não era o bastante para que os cidadãos atingidos conseguissem nova moradia adequada).

Observa-se que as camadas mais atingidas por esse processo foram os negros e porto-riquenhos onde quase setenta por cento das moradias afetadas pelo programa eram ocupadas por pessoas oriundas dessas origens. As famílias, que possuíam em seu cerne integrantes de origem não caucasiana foram, em sua maioria, realojadas, chegando ao espantoso número de cem por cento das casas afetadas em Baltimore e Chicago.

Outra crítica foi observada pela renovação dos centros urbanos, entre 1966 e 1968, se pautou no número de projetos que foram destinados a preservação dessas áreas específicas em contraste com os poucos investimentos realizados nas zonas mais afastadas em que moravam pessoas com a renda mais baixa da população. Essa hipervalorização do espaço central e de suas áreas conectadas acabou por causar um sério problema de segregação e uma séria ruptura dos traços mais importantes da cidadania urbana. Essa política de investimentos sucessivos em

⁴ Se faz necessário ressaltar que, na época, a maioria das habitações precárias estavam localizadas nas cidades pequenas e não nos grandes centros. Mesmo assim, as intervenções do programa norte-americano ficaram concentradas nas principais áreas urbanas

uma área em detrimento de outras é um claro recado de quem é importante para os governantes na execução de seus planos de reforma urbana.

Em via diversa, o processo de renovação foi o caminho escolhido por algumas das grandes universidades americanas que, ao constatar que a região, em que estavam localizadas, passava por degradação e queda do nível econômico da população, receberam investimentos do governo americano para que algumas importantes medidas fossem tomadas.

Uma das mais conhecidas foi remoção da população de baixa renda desses bairros sendo substituídas por pessoas de classes economicamente mais favorecidas que foram atraídas pela instalação de serviços públicos de qualidade e pelas qualidades das novas moradias construídas.

A atuação da iniciativa privada também mereceu destaque neste processo. As solicitações de orçamento, feitas pelos grandes centros americanos, junto ao governo federal, eram justificadas pelo aumento no custo para a manutenção dos serviços públicos ofertados por aquelas, visto que os residentes de áreas interioranas se deslocavam até aquelas regiões para poder usar os serviços públicos ali concentrados.

Ao transferir mais verbas públicas, o governo federal custeava cerca de dois terços das indenizações dos terrenos que seriam usados para aplicação das políticas públicas. Ocorre que, após adquirir as propriedades, esses terrenos eram passados para a iniciativa privada, que construía empreendimentos destinados às classes mais altas da sociedade norte-americana. Um negócio lucrativo para a iniciativa privada, de pouco gasto para os governos locais e que afastavam as populações menos favorecidas dos grandes centros.

Como uma onda oposta, em uma espécie de resposta as consequências já narradas da renovação urbana norte-americana, as classes menos favorecidas, ao sentirem que estavam sendo deslocadas, paulatinamente, por esses processos de alteração do espaço da cidade buscaram se organizar em associações e órgãos representativos que tinha como principal objetivo resistir aos interesses da administração pública (que era pressionada pelos empresários da iniciativa privada e pelas camadas mais favorecidas economicamente). Severas negociações foram realizadas com resultados favoráveis aos moradores como, por exemplo, em Newark (1967), quando um projeto que previa a remoção de uma extensa área para a construção de uma escola de medicina, foi reduzido para menos de dois terços da região originalmente atingida.

Constata-se que, no caso americano, mais do que resolver definitivamente o problema do espaço urbano, a reforma aqui estudada apenas deslocou os problemas de lugar. Com a

renovação implantada uma consequência pôde ser vista, de forma clara e precisa: se de um lado, as novas construções atraíam moradores de alto padrão financeiro, que viam uma ótima possibilidade de lucrar de outro, lamentavelmente, se viu a falta de opções para os cidadãos removidos em encontrar habitação adequada com a ajuda estipulada pelo governo.

O modelo do projeto americano de organização do espaço urbano apresenta contradições drásticas, de um lado deseja-se providenciar melhores moradias para os cidadãos mais necessitados, de outro existem interesses da iniciativa privada que tem como objetivo a construção, nessas áreas degradadas, de moradias com uma maior qualidade, para atingir um público de classe média e alta. Até resolver, como essa questão será definida, o desenvolvimento desses espaços ultrapassa a esfera urbanística e alcança um tom de luta entre classes distintas.

2.3. O Caso da Renovação do Espaço Urbano de Paris

A questão urbana de Paris é bastante importante para o estudo do presente tema visto que diversos gestores públicos brasileiros, principalmente aqueles que estiveram à frente da cidade do Rio de Janeiro nos últimos 2 séculos, foram influenciados pela forma de gestão do espaço urbano praticado na capital francesa.

O problema moderno urbano francês tem como origem o aumento populacional na região de Paris que, em meados da década de 70, sofria com a concentração das vagas relativas à empregos em escritórios, abarrotando as vias públicas de veículos e superlotando os serviços públicos ali ofertados.

Constatando que esse problema afetava diversos setores da cidade, entre eles: o aumento da criminalidade, a diminuição da produtividade e a queda na qualidade dos serviços públicos, os gestores parisienses decidiram promover uma série de mudanças nos diversos bairros localizados nessa área. Incentivados pelas obras de Georges-Eugène Haussman (Importante administrador que será estudado adiante), a administração pública buscar retomar os aspectos positivos da cidade de Paris do início do Século XX, renovando e reorganizando seu espaço e instrumentos essenciais para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O objetivo do programa francês de renovação do espaço urbano distinguia-se dos estudados na maioria dos países, pois não tinha como foco principal (E muitas vezes, quase exclusivo) a destruição das habitações deterioradas e a conseqüente remoção de seus moradores. A meta central era a ocupação adequada do solo urbano, com especial destaque para sua função social. Como principais exemplos desse pensamento têm-se: a análise da proporção

das vagas de emprego por região, a interligação dos meios de transporte para se constatar a distância entre emprego e residência, o mapeamento das vagas de estacionamento para que se possa ter uma base do limite de veículos razoável para um bom deslocamento dos cidadãos, entre outros. Assim, cada uma das zonas localizadas na área estudada recebia uma classificação de acordo com essas variáveis, podendo, na execução do plano, auxiliar os gestores públicos na reorganização do espaço urbano.

O diferencial do programa francês dos demais já estudados não se concretizou, o que efetivamente foi realizado foi a intervenção do Estado nas regiões periféricas de Paris para que os cidadãos das camadas mais baixas da população ali permanecessem, incentivadas pela reforma dos subequipamentos ali existentes mantendo as classes mais altas na região central. Além disso, essas consequências que são acentuadas pela política urbana francesa estabelece uma segregação populacional onde, essencialmente, os imigrantes (que em sua maior parte se concentram em faixas desfavoráveis economicamente) são repelidos a viver nos subúrbios que possuem habitações sociais.

O projeto de renovação acabou por favorecer a especulação imobiliária ao construir empreendimento para famílias de alta renda nas áreas dos edifícios deteriorados e ao implantar equipamentos públicos de razoável qualidade para incentivar as camadas mais pobres a migrarem para os subúrbios. Uma pequena reação foi vista por parte dos setores dos operários e pequenos comerciantes que exigiam a construção de moradias nos terrenos desapropriados, que pertenciam as indústrias recém-retiradas dos grandes centros. O governo parisiense, após várias escusas para acatar o solicitado, acabou cedendo às pressões, mas, de forma sorrateira, estabeleceu condições impossíveis de serem cumpridas por quaisquer construtoras na época como, por exemplo, a não concessão de créditos. (Castells, 2011, pág.465)

Alguns fatos importantes cercavam esse impasse:

a) O governo não se esforçava para resolver os problemas das várias famílias que estavam sendo alvo de remoção, ao passo que existiam trinta e cinco mil moradias disponíveis para alugar na região da grande Paris;

b) Os principais pleitos daqueles que reivindicavam melhorias na questão da moradia eram: que a construção de moradias sociais fosse realizada antes das remoções, que o governo conceda os créditos necessários para que as construções das novas moradias sociais pudessem ser realizadas, que o governo elaborasse medidas contrárias as especulações freando a especulação imobiliária gerada, que o governo investisse os valores na construção das moradias

populares e não no pagamento do aluguel dos imóveis disponíveis, que equipamentos públicos de qualidade, sociais e culturais, pudessem ser disponibilizados para os cidadãos, etc...;

c) Menos da metade das moradias sociais que foram prometidas nas campanhas de renovação urbana se tornaram reais. Um dado interessante, demonstrando a força popular das pessoas que pressionaram os gestores públicos, indica que das habitações construídas, a maior parte foi ocupada por quem fazia parte do movimento reivindicatório.

A especulação era tida como prioridade nesse processo de intervenção urbana, os direitos dos cidadãos eram desrespeitados mesmo que, para isso, tivesse que ser usada a força bruta. Além das constantes ameaças, a demolição do teto dos imóveis e, inclusive, das estruturas que o sustentava faziam parte das estratégias adotadas pelo poder público em parceria com empreendedores do ramo imobiliário. Independente do caso a ser estudado, o resultado desse embate entre os cidadãos e os organismos renovadores franceses era sempre o mesmo: a remoção forçada sem garantia do respeito de seus direitos.

Por fim, outro ponto significativo que caracteriza a modificação do espaço urbano na França é o aspecto político. Os políticos que estavam no governo, no momento dessas alterações, tinham a intenção de fortalecer, como já narrados anteriormente, a ocupação do centro de Paris pelas camadas economicamente mais favorecidas. Essa estratégia, concomitantemente com a migração da população menos favorecida para os subúrbios, culminou em uma mudança nos cenários dos eleitores para uma ideologia mais conservadora, de direita. Ao desorganizar os setores de esquerda da área central, se enfraquece a oposição contribuindo assim para a manutenção do sistema institucional que estava enraizado no poder.

2.4. O Caso Canadense e a Crise Habitacional em Quebec e Montreal.

Na década de 60, duas grandes regiões canadenses, Quebec (a maior província) e Montreal (a maior cidade da província), foram uma grande discussão por causa das decisões equivocadas dos seus gestores.

O que se encontrava nessas regiões era a degradação de grande parte das moradias da cidade sendo que, por esse motivo, mais de 75% da população de Montreal e 33% dos habitantes de Quebec optaram por morar em imóveis alugados pela falta total de alternativas de moradias em condições aceitáveis (Castells, 2011, pág.495). Em conjunto com essa omissão do Estado, outro dado agravava essa situação: 25% do total do orçamento das famílias canadenses era utilizado para pagar os aluguéis, um dos mais altos do mundo.

Em rota contrária, os gestores não só eram omissos para providenciar moradias adequadas, mas também destruíam os imóveis que serviam de moradia para as famílias de classe econômica mais vulnerável dando lugar a imponentes prédios de apartamentos, sem construir moradias acessíveis para os cidadãos despejados. No caso específico de Montreal, essa situação delicada acabou se agravando, ainda mais, ao constatar que os bairros populares dessa área não dispunham de serviços públicos de qualidade como, por exemplo, educação e transporte de qualidade. Só neste último caso, uma situação emblemática configurou-se no aumento abusivo nas tarifas do metrô, a cada dois anos, em mais de 50%.

Este tipo de tratamento agressivo do governo em face dos setores mais humildes da população, prevalecendo a nobre burguesia canadense, inseriu em sua história capítulos de uma intervenção agressiva contra quaisquer tentativas que se opusessem às remoções estabelecidas em sua política. Para tentar frear essa política descompassada imposta pela Administração Pública os moradores se reuniram em comitês de mobilização para fortalecer suas lutas reivindicatórias de direitos que tinham, entre suas ideias, o reagrupamento de setores (até então dispersos) que tinham interesses em comum. Isso aconteceu em um dos momentos mais favoráveis para se exercer pressão popular, neste caso, na véspera das eleições de 1970.

Uma verdadeira frente popular de ação se formou e, com isso, uma pressão permanente feita contra os gestores públicos culminou na eleição de candidatos vinculados a causa. Essa nova via política serviu para difundir três questões junto ao governo canadense: a divulgação dos problemas enfrentados pelos moradores dos bairros atingidos, a condenação da cruel prática capitalista de especulação financeira do espaço urbano e o requerimento de uma mudança na gestão, propondo uma nova forma de se pensar o espaço urbano.

Os acontecimentos que sucederam esse embate político transformaram Quebec em um verdadeiro campo de batalha das ameaças: de um lado o Prefeito alegava que se os candidatos, da frente popular de ação, ganhassem as eleições, as ruas ficariam cobertas de sangue já, em outro lado, a campanha desses candidatos realizou-se de porta em porta divulgando as atrocidades cometidas por aqueles que detinham o poder. O resultado final, demonstrou que as intimidações feitas pelo Prefeito surtiram efeito, pois os postulantes que concorriam com o apoio da força popular reivindicatória só obtiveram 17% dos votos.(Castells, 2011, pág. 494)

O comitê criado para ser uma via de oposição aos gestores canadenses precisou de um tempo para repensar suas estratégias, definindo uma ação política unificadora e, conseqüentemente, formar uma verdadeira convergência de ideais apontando para um mesmo objetivo (não podendo mais haver a contraposição entre a luta pela melhora das condições dos bairros e a radical politização das discussões).

Do fracasso anterior tirou-se uma conclusão vital para o futuro do pleito: a união da luta urbana, política e operária, solidificada por meio de temas realmente importantes, terão como consequência o êxito das reivindicações. A partir das novas orientações, instituídas em 1972, um novo sopro de força recaiu sobre os rumos desses movimentos sabendo que, definitivamente, é contra o poder do Estado que a organização deve lutar.

2.5. O Movimento Habitacional e a Luta Política no Chile

O último caso do problema habitacional a ser estudado na parte inicial deste estudo é a questão da população chilena ocorrido entre 1960 e 1970. Somente no período em destaque era calculado um déficit de moradias que ultrapassava quinhentas mil casas sendo que a população total era de pouco menos de oito milhões. (Castells, 2011, pág. 503) Os atores envolvidos na luta eram os mesmos (administração pública, grandes construtoras e os cidadãos), mas o objetivo pelo qual o pleito se pro pagava era distinto das demais situações acima.

O principal elemento caracterizador dessa diferença é visto na forma em que as ocupações das lutas por moradia ocorrem. Quando se menciona a busca da propriedade pela população que deseja alcançar esse direito logo é imaginada a formação de favelas nos espaços em que o poder público é omissivo e os especuladores imobiliários não possuem interesse, como acontecem nos grandes centros urbanos. No caso chileno o movimento de luta urbana foi moldado por meio de invasões, organizadas por grupos sociais, que eram constituídos de habitações coletivas e era baseada em uma agenda política certa e determinada.

Os movimentos por reforma urbana que ocorreram em outros países da América do Sul também, em sua grande maioria, foram caracterizados por essas ocupações ilegais que foram orquestradas por grupos organizados da sociedade civil, entretanto, o caso do Chile tinha uma peculiaridade bastante latente que o destacava se comparado com os demais: a relação direta das invasões com a questão política e com o poder. De um lado as ocupações ilegais aumentavam consideravelmente e seus agentes demandavam soluções imediatas para o problema habitacional e, de outro, o Estado chileno, ao verificar que não era possível atender as pautas reivindicatórias, respondia os anseios populares com repressão e violência.

A luta social chilena se estruturava por meio da reunião de pequenos agrupamentos de pessoas de diversos locais. Havendo a concordância por determinada invasão, esses agrupamentos se reúnem e formam uma unidade política organizada. Após ocorrer a convergência de forças descritas anteriormente, o plano de ação é executado,

preferencialmente durante a noite, surpreendendo a força policial e evitando possível repressão. Adiante, ao estabelecer uma estrutura básica de fortificação os familiares dos invasores chegam a esses lugares para receberem o crivo de aceitação dos membros do comitê organizado. (Castells, 2011, pág 506)

Com o transcurso do tempo, a demanda social por moradia no Chile chegou a níveis alarmantes do uso da força pelas autoridades públicas. Em 9 de março de 1969 ocorreu o chamado massacre de Puerto Montt, na área de Pampa Irigoien. O Ministro do Interior, Edmundo Pérez Zujjovic, comandou uma verdadeira barbárie contra noventa famílias que exigiam a expropriação de uma área sem função social, para construir suas moradias. Após quatro dias de cansativas negociações, e com o governo acenando com uma possível retirada pacífica dos moradores, uma ordem foi emitida por aquele político para que os policiais (carabineiros) adentrassem, de madrugada, o terreno invadido para a remoção forçada dos cidadãos. Ocorre que, estes possuíam sistemas improvisados de alarme que, ao serem ativados, acordaram as famílias que prontamente reagiram à investida das tropas. O resultado foi uma das passagens mais lamentáveis da história chilena tendo, como resultado, setenta e três feridos (entre invasores e policiais) além de dez vítimas fatais, entre elas uma criança que tinha dez meses de idade. (CEME, 2006)

O que se pretender salientar, ao contar brevemente a problemática do acesso à moradia e da omissão no campo das políticas públicas em outros centros urbanos, é a uniformidade no cenário de contraposição entre cidadãos e gestores públicos, em todos os casos, verificando que, estes últimos, estão mais preocupados em atender aos interesses das classes dominantes do que escutar as demandas populares por uma organização mais justa do espaço urbano e, conseqüentemente, na inclusão social dos setores menos favorecidos da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os problemas decorrentes da má distribuição populacional nos grandes centros urbanos, pode-se verificar que impacta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos e da coletividade. A ocupação irregular dos grandes centros urbanos, ocorreram a nível mundial, vários países desde o século passado, vem buscando programas e projetos que atendam a demanda reprimida de unidades habitacionais.

Os aglomerados urbanos ocasionaram uma deficiência na infraestrutura urbana, uma vez que, as cidades não estavam preparadas para o boom ocorrido no período pós revolução

industrial, onde, em busca de melhores condições de vida, a população buscou “abrigo” nas grandes cidades. A falta de habitação digna para receber esses novos moradores gerou uma demanda habitacional e social muito importante.

Os casos apresentados no presente artigo, demonstram que o problema habitacional também impactou países desenvolvidos, como: Estados Unidos, França, Inglaterra que operacionalizaram planos de urbanização e periferação a fim de colocar esses novos habitantes nas regiões do entorno do grande centro. Enfatiza-se que a retirada desses moradores dos centros urbanos, é fundamentado na gentrificação motivada pela especulação econômica, ou seja, a busca dos locais mais nobres para a construção de novos empreendimentos de classe média alta.

Nos casos do Canadá e do Chile o problema do déficit habitacional gerou conflitos políticos, embora esses conflitos tenham gerado consequências internas diferentes nos dois países, causaram conflitos partidários (Canadá) e lutas de classe (Chile).

O presente estudo buscou demonstrar como as questões habitacionais e o crescimento populacional desordenado impactam diretamente na prestação dos serviços públicos e não são um problema atual. Diversos países atravessaram e atravessam problemas de aglomerados urbanos e favelização que ensejariam uma política urbana que buscasse abranger todas as classes sociais de forma equitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNER, Erhard. *Defending a Place in the City: Localities and the Struggle for Urban Land in Metro Manila*. Cidade Quezon: Ateneo Manila, 1997. p. 236 e 237.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 394/399.

CENTRO DE ESTUDIOS MIGUEL ENRIQUEZ (CEME). *Archivo Chile: Historia Político Social – Movimento Popular. Masacre de Puerto Montt*. Disponível em: Cópia do Plano Abercrombie (1943) que estabelecia uma nova forma de se pensar na organização do espaço urbano da região da Grande Londres. Imagem retirada do site: <https://arquiteturadaliberdade.wordpress.com/2013/04/02/14/>. Último Acesso em 20 de março de 2020

GONÇALVES. Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas/Editora PUC-Rio, 2013. p. 67.
http://www.archivochile.com/Historia_de_Chile/pmونت/HCHpmونت0003.pdf. Último Acesso em 31 de março de 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>. Último Acesso em 16 de março de 2020.

INSTITUTO DATA FAVELA. Sobre Data Favela. Disponível em: <http://datafavela.com.br/data-favela/>. Último Acesso em 17 de março de 2020.

MORENO, Júlio. O Futuro das Cidades. São Paulo: Editora SENAC, 2002. p. 11.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria Geral de Viação e Obras. Código de Obras do Distrito Federal: Decreto Número 6.000, de 1 de julho de 1937. Rio de Janeiro: Separata da Revista Municipal de Engenharia, 1937. p. 47.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. United States and World Population Clock. Disponível em https://www.census.gov/population/international/data/worldpop/graph_population.php. Último Acesso em: 31 de Março de 2020

WORLDDATLAS. Populations of World's 100 Largest Cities. Disponível em <http://www.worldatlas.com/citypops.htm>. Último Acesso em 31 de Março de 2020.